

Eduardo F. Coutinho*

UFRJ/UFF

Um diálogo de culturas: aspectos do novo comparatismo na América Latina

Levando-se em conta o que hoje se entende por “novo comparatismo”, isto é, uma Literatura Comparada não mais restrita aos estudos geralmente de caráter binário entre obras, autores e movimentos literários, e não mais presa ao cânone da tradição ocidental, mas ao contrário, receptiva a todo tipo de expressão literária e cultural, de modo geral, e aberta a contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento, este texto tem como eixo o estudo das relações entre este novo tipo de comparatismo e a produção tanto literária quanto teórico-crítica latino-americana. No trabalho serão comentadas, por uma perspectiva comparatista, as transformações que se têm operado, nas últimas décadas, no que diz respeito ao diálogo entre o pensamento latino-americano e as contribuições oriundas do universo euro-norte-americano e será discutida a possibilidade de constituição do que vem sendo designado de “geocultura latino-americana”, ou seja, a interseção necessária entre a reflexão, a cultura e o solo do continente.

Tendo surgido por oposição aos estudos específicos de literatura nacional, a Literatura Comparada erigiu-se, desde o início, como um conceito relacional, ou, melhor, como o estudo das relações entre produções literárias distintas, entendendo-se estas distinções no plano do que se convencionou chamar de “nação”, “idioma” e “literariedade”, elementos que se instituíram como verdadeiros pilares referenciais da disciplina. Assim, ao contrário das literaturas nacionais, que se atinham ao escopo de uma nação, conceito identificado a partir do século XVIII com o de “estado-nação”, e das literaturas produzidas em um mesmo idioma, que serviam frequentemente como referencial alternativo ao de literaturas nacionais, a Literatura Comparada sempre teve como objeto produtos literários, e por extensão culturais, distintos, caracterizando-se como o estudo dos contatos, trocas, intercâmbios e embates entre tais produtos, ou, para colocar em termos mais acadêmicos, como o estudo, mais ou menos sistemático, dos diálogos entre culturas.

Esses contatos, trocas, intercâmbios ou embates que se verificam entre produtos literários e culturais, de maneira geral, oriundos de contextos diferentes, têm sido os mais diversos, estendendo-se desde a simples influência de um sobre o outro, até a transformação total

de um deles em contato com o outro, e o que a Literatura Comparada vem focalizando nesse sentido é o efeito desses contatos, que varia em cada contexto histórico de acordo com a atitude do grupo receptor com relação ao elemento proveniente da outra cultura. Os contatos entre culturas sempre foram marcados pela prevalência dos elementos da cultura mais poderosa sobre a menos poderosa, mas os efeitos desses contatos têm oscilado desde a aceitação passiva ou o mimetismo exacerbado, até a refutação total, numa tentativa de fazer *tabula rasa* da contribuição alheia. No primeiro caso, tem-se uma atitude de submissão, de passividade ou subordinação à cultura do outro, e no segundo, um autoisolamento ou autismo cultural, que só levaria ao encerramento em uma espécie de torre de marfim. Em ambos os casos, contudo, a questão está vinculada à imagem que o grupo receptor construiu de si mesmo e do outro e à relação que deseja definir a respeito deste outro.

O estudo das imagens do outro num determinado texto, numa literatura ou mesmo numa cultura – a imagologia – é um dos métodos mais antigos e tradicionais da Literatura Comparada, e que sofreu um grande embate na época de predomínio da chamada “Escola Americana”, em função da ênfase excessiva que seus adeptos devotaram aos aspectos intrínsecos do texto. No entanto, com o advento dos Estudos Culturais e a importância que voltou a ser dada, ainda que por outra perspectiva, ao contexto histórico-social, a imagologia tornou a ocupar lugar de relevo, trazendo à baila questões como a das trocas culturais, com todos os seus conflitos e soluções temporárias, e contribuindo para situar a reflexão num âmbito mais geral que diz respeito à cultura de uma ou de várias sociedades. Se a imagem é representação de uma realidade cultural outra através da qual o indivíduo ou o grupo que a elabora (partilha ou propaga), revela e traduz o espaço ideológico em que se situa, o estudo dessas imagens, presentes no imaginário literário e cultural de um povo, pode prestar importante contribuição para o desvelamento das relações entre os dois termos envolvidos no processo (o criador da imagem e o outro) e pode levar a mudanças de atitude no âmbito dessa relação (Machado/ Pageaux 2001: 51).

É esse desvelamento do aparato ideológico presente na construção de imagens do outro que os estudiosos da Desconstrução vêm empenhando-se em realizar nas diversas esferas do conhecimento, e suas contribuições têm aportado, nesse sentido, transformações fundamentais. Em livro hoje clássico sobre o assunto, *Cultura e imperialismo*, Edward Said mostrou, por exemplo, como os administradores ingleses, temerosos de que a atuação militar direta nas colônias ocasionasse reações, procuraram mascarar ou disfarçar seus investimentos materiais desenvolvendo uma ampla política cultural, que teve como uma de suas principais armas o ensino da literatura inglesa. Ao apresentar a produção literária inglesa como exemplo de humanismo descompromissado, voltado apenas para o aperfeiçoamento da formação dos indivíduos, os colonizadores contrapunham à imagem negativa da dominação um ideal estético encantatório, que tornava o colonizador um modelo a ser admirado. A consequência mais imediata e funesta dessa estratégia foi a internalização do olhar do colonizador e de toda a . por ele representada. As reações a essa postura é que marcam o início da Literatura Pós-Colonial, caracterizada justamente pelo seu cunho de resistência à colonização e de denúncia da ideologia colonizadora, com suas formas de objetificação do sujeito (Coutinho 2003: 92).

A internalização do olhar do outro, no caso mais especificamente do colonizador, levou a aberrações como a que se verificou, por exemplo, no meio escolar indiano, em que se ensinava o épico a partir da *Iliada* e da *Odisseia*, ignorando-se toda uma tradição local anterior que teve expoentes do gênero, como o *Ramayana* e o *Mahabharata*. Foi só recentemente, com o advento dos Estudos Pós-Coloniais, nas últimas décadas do século XX, que essa situação mudou, passando a considerar-se então a tradição anterior. É a necessidade dessa mudança de olhar que vem sendo clamada cada vez mais pelos estudiosos da imagologia e pelos teóricos do Pós-Colonialismo, como Homi Bhabha, que têm constantemente chamado atenção para a importância do *lôcus* de enunciação, da contextualização do lugar de fala (Bhabha 1994). As sociedades colonizadoras sempre respaldaram sua posição de dominação através da disseminação de um discurso que as revelava como modelares e as colonizadas nunca lograram constituir-se como sujeitos exatamente porque se limitavam a reproduzir a cultura do outro, aceitando a sua suposta superioridade. A relação que se estabelecia entre colonizador e colonizado tinha um caráter dúbio de admiração e repulsa, que foi frequentemente representada pela famosa dialética entre o senhor e o escravo, e essa situação funcionou na maioria das vezes como bloqueio a qualquer tipo de transformação.

Tendo passado por um processo de colonização de mais de três séculos e continuado dependente do ponto de vista econômico e cultural, embora não mais das mesmas matrizes, desde o início do século XIX até o presente, a América Latina sempre desenvolveu uma atitude dúbio com relação a seus dominadores. O mais frequente era a admiração cega, que levou as suas elites à importação indiscriminada de modelos, que eram impostos e adaptados ao local sem que se levassem em conta sequer as diferenças entre o seu contexto de origem e o de recepção. Mas havia também, embora em menor escala, uma atitude oposta, geralmente de reação a esta e mais restrita ao meio intelectual, de busca de constituição de um discurso próprio, que deu origem a uma rica tradição ensaística, ainda hoje considerada uma das linhas mestras da produção intelectual do continente. É verdade que esta segunda postura de contestação do elemento forâneo chegou em alguns momentos a extremos, como a supervalorização romântica de um *autoctonismo* no fundo altamente contraditório ou a defesa inabalável de uma ideologia da mestiçagem, que neutralizava diferenças fundamentais, mas deixando-se de lado os excessos, comuns em todo processo de *autoafirmação*, ela teve o mérito de constituir um contraponto à ideologia da colonização e de chamar atenção para a necessidade de se encarar a realidade do continente a partir do próprio solo.

A ideia de abordar os problemas e situações do continente a partir de um olhar situado, assumindo o *lôcus* de enunciação, acha-se na base do que vem sendo designado de “geocultura latino-americana”, ou, nas palavras de Zulma Palermo, é a “intersecção entre pensamento, cultura e solo” (Palermo 2005: 44). Não se trata, evidentemente, de desconhecer o sistema teórico eurocêntrico, desprezando suas categorias ou aportes valiosos, mas de arremeter contra o que Said designou de “jargões preciosistas”, e as ideologias subjacentes, cujas formulações complexas obscurecem as circunstâncias sob as quais um pensamento localizado pode integrar outros contextos, alcançando novas relevâncias. Trata-se, na verdade, de construir-se

uma reflexão, ou, melhor, um pensar culturalmente arraigado em outro espaço distinto do eurocêntrico, que sempre serviu de base à *intelligentsia* latino-americana. A modernidade, iniciada com a conquista da América, que é quando se origina a construção do “outro” da Europa, é um fenômeno que concebe esta última como centro do sistema planetário, pois dá origem à oposição centro vs. periferia ao incorporar o Novo Mundo à cartografia mundial. E ainda que toda cultura seja basicamente etnocêntrica, o etnocentrismo europeu moderno tem a particularidade de pretender identificar-se com a noção de universalidade. O eurocentrismo da modernidade consiste exatamente, nas palavras de Enrique Dussel, no fato de “haver confundido a universalidade abstrata com a mundialidade concreta homogeneizada pela Europa como centro” (Dussel 2000: 48); daí a necessidade do intelectual latino-americano de posicionar-se criticamente a partir das especificidades de seu próprio processo de formação e de receber também a contribuição forânea situando-se nessa perspectiva.

A consciência dessa questão, somada à contribuição de correntes teóricas contemporâneas, que chegaram à América Latina e encontraram no continente um terreno propício à sua penetração, serão os pivôs da transformação que irá ocorrer nos estudos literários latino-americanos. Em meados do século XX, a Literatura Comparada, que havia surgido em moldes historicistas, cederá lugar, por influência das correntes imanentistas então em voga, à preocupação com a construção de uma poética universal, ou, melhor, com a construção de modelos para a apreensão do fenômeno literário que eram generalizados e extensivos a todo e qualquer contexto, independentemente das circunstâncias em que obra ou seu equivalente era produzida. A palavra de ordem nessa época era a construção de leis ou regras que fossem válidas em quaisquer circunstâncias e servissem para explicar o produto literário, sem levar em conta diferenças específicas. Os estudos literários, de um modo geral, e a Literatura Comparada, em particular, haviam adquirido foros de universalidade, calcados na falsa pretensão de erigir-se como científicos, e conseqüentemente se tornaram a-históricos e de cunho totalizador. Os modelos criados com base nesse espírito revestiram-se da autoridade normalmente atribuída ao discurso científico e institucionalizaram-se, passando a ser vistos como espécies de dogmas a serem observados. O resultado foi a inversão da perspectiva desses estudos que passaram da reflexão concreta, baseada em textos, à aplicação quase mecânica de construções abstraídas de seu contexto histórico.

Nesse período, a migração de teorias de um meio intelectual para outro foi intensa, mas quase sempre realizada por uma via de mão única que deu margem a uma perspectiva nitidamente eurocêntrica. Como os polos talvez mais avançados dos estudos literários estavam localizados nas grandes metrópoles do oeste europeu, e mais recentemente também na América do Norte, e os teóricos mais atuantes achavam-se radicados lá ou provinham desses locais, suas formulações eram exportadas em grande escala para todo o mundo e aplicadas indiscriminadamente a qualquer contexto. Além disso, como suas teorias haviam partido de reflexões sobre um corpus literário oriundo dessas metrópoles, esta produção erigia-se como modelar. O resultado foi uma visão profundamente etnocêntrica e monocultural, que tomava tanto a literatura europeia, ou eventualmente a norte-americana, quanto a sua reflexão teórica

como grandes referenciais canônicos e atribuía às demais produções provenientes de outras regiões a pecha de periféricas.

O transporte de uma teoria para um novo contexto com a consciência clara das diferenças histórico-culturais entre o seu lugar de origem e o de recepção é, como observa Edward Said em seu ensaio hoje clássico “Traveling Theory”, um dos grandes desafios por que passa qualquer crítico ou teórico da literatura ou da cultura, mas mesmo no caso em que essa consciência está presente, interferências na apreensão de um dos contextos podem levar a interpretações muitas vezes duvidosas. Em um texto intitulado “National Culture/ International Theory”, David Damrosch (2001) alerta para esse risco, mostrando como tais enganos têm ocorrido até com os maiores críticos do Ocidente, e cita o exemplo de Barthes que, em seu *Mythologies*, critica com veemência a exposição de fotografias “A grande família dos homens”, do norte-americano Edward Steichen, que ele visitara em Paris em 1955. A exposição, que consistia na montagem ambiciosa de uma quantidade de imagens extraídas da vida cotidiana de todo o mundo, muitas delas inclusive com um tom de denúncia social, foi reduzida na crítica de Barthes praticamente a um grande painel que enfatizava a essencialidade da condição humana, dissociada de qualquer sentido da história. Para Damrosch, a crítica de Barthes não é improcedente, mas o que Barthes não teria visto é que a exposição, montada originariamente em Nova York para um público de pós-guerra, tinha um objetivo claro e nitidamente político: angariar fundos para as reconstruções do período e consequentemente assegurar a posição de liderança dos Estados Unidos na política de pós-guerra. É verdade que Barthes visitara a exposição em Paris e que a vira pela ótica de um francês ali residente, mas sua falha, segundo Damrosch, residiria em ter feito sua crítica com base em valores universais, como se a exposição tivesse um sentido inerente, que permanecesse inalterado.

Essa visão universalista, de teor claramente formalista, que atingiu o seu apogeu nos anos dourados do Estruturalismo francês e foi amplamente disseminada pelos adeptos da chamada Escola Americana de Literatura Comparada, começou a sofrer intenso questionamento a partir da década de 1970, graças à contribuição das novas correntes do pensamento, surgidas ou transformadas a maioria delas em locais distintos do europeu, dentre as quais a Desconstrução, os Estudos Culturais e os Estudos Pós e Decoloniais, que tiveram como alguns de seus mais destacados princípios a revalorização da perspectiva histórica, embora não mais nos moldes do historicismo, e a politização desses estudos, passando a incluir em suas agendas questões como as seguintes: a identidade cultural presente na produção de textos, a construção de cânones distintos dos tradicionais e dotados de flexibilidade, a apropriação e transformação de formas anteriores, as implicações políticas da influência cultural, a proposta de novas histórias literárias de caráter mais inclusivo e de novos modelos teóricos calcados em referenciais diversos, e a elaboração de novos sistemas de valores na abordagem estético-literária.

A identificação de cunho marcadamente ideológico do europeu com o universal, que sempre respaldou a visão de mundo eurocêntrica, já havia sofrido alguns embates na América Latina desde o surgimento de ciências como a antropologia e a etnologia, mas no terreno dos estudos literários os passos mais expressivos vão ser dados pelas indagações desencadeadas

pelos filósofos pós-estruturalistas franceses, que deram origem ao que veio a ser chamado de teoria da Desconstrução quando transportadas para os Estados Unidos. Nesse contexto, bem como na América Latina, noções como a de autoria, cópia, influência e originalidade, entre outras, atuaram de modo muito profícuo sobre o comparatismo, levando-o a reestruturar muitos de seus princípios básicos, dentre os quais os paralelos frequentemente estabelecidos entre autores e obras e o apego a uma historiografia alheia e inadequada, resultantes do processo de dependência e do estado de colonialismo cultural ainda dominante no continente. Exemplo típico é o caso da prática unidirecional de fontes e influências, calcada numa relação de semelhança e continuidade, sempre desvantajosa para o texto ou autor latino-americano, que passou ser modificado pela valorização que se verificou do elemento de diferenciação que este último introduz no diálogo estabelecido com o primeiro.

Embora a Literatura Comparada tivesse começado a ampliar sua esfera de atuação, deixando de restringir-se ao viés puramente epistemológico-outros com vistas a mundos-outros e experiências-outras.

E erudito da tradição literária por influência da Escola Soviética que penetrou no Ocidente a partir dos anos de 1960, trazendo como contribuição para a disciplina uma aproximação de correntes teóricas antagônicas como o formalismo e o marxismo, e a inclusão da produção considerada popular, com a versão norte-americana dos Estudos Culturais, amplamente disseminada nas décadas de 1980 e 1990, ela registrou um salto significativo, deixando de lado a aura do literário que até então a dominava e passando a contemplar uma gama muito mais ampla de textos que incluía o que antes era designado de popular, e consequentemente excluído desses estudos, como também um tipo de produção textual até então considerado como pertencente a outros domínios. Os Estudos Culturais procederam a uma verdadeira desconstrução das estruturas petrificadas da metafísica ocidental, que hierarquizava o conhecimento e privilegiava certas culturas, erigindo-as como exemplares, e empreenderam um forte combate a todo e qualquer sistema homogeneizador, e a Literatura Comparada, que já vinha questionando seus princípios tradicionais, imbuíu-se de espírito semelhante e, em franco diálogo com aquela corrente, desencadeou fortes indagações à ideia de um discurso ou de uma cultura central, uniforme e exemplar, passando a colocar no mesmo plano o que era periférico, marginal ou excêntrico e a valorizar o local, o regional, e tudo o que antes era rejeitado como cultura de massas.

Esse sentido mais inclusivo levado a cabo pelos Estudos Culturais teve como consequência uma transformação expressiva dos cânones da produção latino-americana, uma vez que a construção destes, desde a independência política, esteve associada ao processo de formação e constituição das novas nações. Daí a preocupação, presente na produção literária de cada um dos diferentes países, com a especificação de sua singularidade, definida por traços que os diferem uns dos outros e de suas matrizes europeias. Buscava-se constituir um corpus literário que fosse a expressão fiel do “espírito nacional”, uma espécie de entidade abstrata homogênea, que muitas vezes recebeu designações como “brasilidade”, “argentinidade”, “mexicanidade”, e assim por diante. No entanto, se era evidente a preocupação, presente na construção desses

cânones, com a especificidade do país em questão, por outro lado, paradoxalmente, eles eram totalmente calcados em referenciais europeus: só incluíam obras produzidas pela elite intelectual cuja educação havia sido pautada em padrões europeus, e excluía toda sorte de produção que não se encaixava nesse modelo. Assim, todo tipo do que poderia ser designado de “produção popular”, ou a produção de outros grupos desprivilegiados, como as comunidades indígenas ou africanas espalhadas por todo o continente, era excluído do veio da chamada “literatura nacional” e relegado a segundo plano, geralmente sob o rótulo de folclore.

A consciência da condição de constructos dos cânones tradicionais e o consequente desmascaramento da perspectiva ontológica presente na construção das diversas literaturas nacionais latino-americanas deram origem no continente a uma verdadeira batalha do cânone, que mudou radicalmente a visão corrente da questão. Tomando a “identidade” agora, nas palavras de Stuart Hall, como uma “produção que não está nunca completa, mas sempre em processo, e é sempre constituída por dentro, e não por fora, da representação” (1994: 392), e a “nação” como uma “comunidade imaginada”, os comparatistas abandonaram a ideia de um cânone único, substituindo-o pela noção de uma estrutura aberta, suficientemente flexível de modo a incluir um espectro de possibilidades que variam de acordo com circunstâncias históricas diferentes. O cânone, nessa nova visão, não é uma entidade fixa, natural, mas uma construção como outra qualquer, ideologicamente marcada e sujeita a interesses de ordem eminentemente política; desse modo, ele é mutável e inteiramente dependente do olhar que lhe dá forma. Ao assumir esse olhar, os intelectuais latino-americanos passaram a enfocar a questão por uma perspectiva múltipla, e o resultado foi surpreendente: toda aquela ampla produção até então excluída da órbita da literatura passou agora a ser levada em conta, tornando-se objeto de estudo inclusive no meio acadêmico. É o caso, apenas para citarmos alguns exemplos, de línguas ainda vivas como o quíchua e o guarani, da produção em *créole* no Caribe francês, das chamadas formas populares, como o *corrido* mexicano e o cordel brasileiro, e da tradição oral ou compilada, como a das lendas maias.

Essa “abertura” do cânone, se assim se pode chamar, teve uma importância significativa na América Latina na medida em que tornou audível uma série de vozes silenciadas durante séculos. Comunidades indígenas ou africanas, cujas produção nunca havia sido levada a sério, passaram a ser estudadas em instituições acadêmicas, e criaram-se centros especializados no desenvolvimento desses estudos. Novos grupos de imigrantes, de origem diversa, mas sobretudo europeia e asiática, também começaram a ter sua produção estudada, e em locais como as universidades surgiram novas áreas de especialização. Os estudos sobre a mulher tornaram-se um campo respeitável de pesquisas e os discursos sobre a literatura – a Teoria, a Crítica e a Historiografia – adquiriram um novo olhar, que põe em xeque as antigas barreiras entre a literatura e outras áreas do conhecimento, sobretudo a Antropologia, a Sociologia, a História e a Filosofia. Em suma, a heterogeneidade da cultura do continente passou a ser enfatizada, e conceitos como os de “literatura nacional”, forjados no meio acadêmico europeu e baseados em noções de unidade e coesão, que serviam a interesses específicos em momento histórico também determinado, revelaram-se impróprios para expressar a realidade cultural

híbrida de um continente onde nações como a Aimara, por exemplo, foram divididas pela imposição arbitrária de fronteiras políticas.

Do mesmo modo que os Estudos Culturais, os Estudos Pós-Coloniais também tiveram um forte embate com a Literatura Comparada, modificando muitos de seus pressupostos e ampliando significativamente o seu raio de atuação. Tendo surgido no contexto de língua inglesa por parte de escritores, e posteriormente de teóricos, que levantaram questionamentos sobre as estruturas subjacentes dos processos de colonização, os Estudos Pós-Coloniais adquiriram uma tal dimensão, que passaram a abarcar todo tipo de contexto em que se verifica uma relação de dominação e subjugo do outro. Os textos dos teóricos do Pós-Colonialismo, na linha da obra seminal *Orientalismo*, de Edward Said, têm como eixo expor e desfazer hierarquias de poder e advogar diferenças, a fim de permitir que as inúmeras vítimas da representação falem por si próprias. No campo da Literatura Comparada, tais pressupostos tiveram um impacto considerável, máxime em dois de seus aspectos: a crítica ao eurocentrismo que dominara a disciplina desde os seus primórdios e que fora responsável pelo estabelecimento de dicotomias insustentáveis como a de centro e periferia, ou de literatura central e emergente; e o reconhecimento e valorização de toda a produção até então excluída por ser oriunda de contextos considerados periféricos.

É nesse sentido que as teorias pós-coloniais portam como marca um caráter nitidamente político. Buscando desenvolver uma reflexão que dê conta das diferenças da produção chamada pós-colonial e aborde a tradição europeia por um viés que põe em xeque o etnocentrismo da perspectiva tradicional, elas visam em última instância a um diálogo em pé de igualdade entre vozes anteriormente antagônicas, desconstruindo a dicotomia hierárquica que se ocultava sob o mito da sacralização estética. A suposta neutralidade dos estudos literários, tão enfatizada por Arnold no século XIX, que camuflava a relação intrínseca entre conhecimento e poder, e que encontra ainda hoje ressonância em figuras como Harold Bloom, é desmascarada como uma proposta claramente ideológica, e as construções dicotômicas sustentadas por essa visão são desafiadas em suas bases, dando lugar a uma lógica distinta, de cunho paradoxal, em que o elemento alternativo, excludente, da racionalidade cartesiana cede lugar à possibilidade de uma adição.

Embora os Estudos Pós-Coloniais se tenham originado no meio universitário e intelectual anglo-saxão e se tenham voltado numa primeira fase para o universo de língua inglesa, obviamente não mais se restringem a esse contexto, tendo já dado frutos interessantes em circuitos como o francofônico, o lusófono e o hispanófono. Entretanto, em cada uma dessas esferas há especificidades de ordem histórica que não podem deixar de ser levadas em conta. No próprio contexto anglo-saxão, há uma distinção frequentemente feita entre as colônias chamadas “de estabelecimento”, como o Canadá e a Austrália, e “de intervenção”, como a Índia, que apresentam preocupações bastante distintas no que concerne ao trauma da colonização. Ainda dentro dessas duas categorias, não se pode tratar da mesma forma os países do Commonwealth e os Estados Unidos, que mudam da posição de dominados para a de dominadores, passando a identificar sua literatura no século XX com o cânone da

produção europeia. Além disso, dentro dos próprios Estados Unidos, não se pode hoje deixar de reconhecer as diferenças fundamentais entre a produção literária canônica e a dos demais grupos desprivilegiados, que vêm travando verdadeira batalha pela conquista de um lugar de fala.

Mas a questão não para aí. Há ainda um fator de complicação que está no cerne das relações pós-coloniais e que frequentemente é deixado de lado nas discussões sobre o assunto: trata-se do que Slemon denominou de “teatro moderno das relações internacionais neocoloniais” (Cit. por Childs & Williams 1997: 5). Embora os críticos preocupados tenham voltado sua discussão mais para os contextos neocolonizados pelos antigos colonizadores, como é o caso da Índia e da maioria das nações africanas modernas, o neocolonialismo, de ordem sobretudo econômica e cultural, tornou-se uma marca das relações internacionais no século XX, a ponto de uma teórica como Gayatri Spivak afirmar: “Vivemos em um mundo pós-colonial neocolonizado” (Spivak 1990: 166). E é somente quando levamos em conta essas questões que podemos perceber em sua complexidade um caso como o da América Latina, em que a maioria dos países já obtiveram a independência política de suas matrizes europeias desde a primeira metade do século XIX, mas transferiram o processo de dependência do ponto de vista econômico e cultural para outras nações colonizadoras.

A teoria Pós-Colonial teve, conforme observado, como seu ponto de partida a reação contra o discurso colonial designada de Literatura Pós-Colonial. Mas foi estendida no meio acadêmico a todo tipo de discurso que tinha por objetivo desconstruir relações de dominação e abuso e todo tipo de reflexão que não reconhecesse a heterogeneidade ou a alteridade, e foi nesse sentido que ela desempenhou um papel relevante em diferentes contextos e áreas do conhecimento. No entanto, devido a essa mesma perspectiva ampla, tornou-se necessário distinguir ou especificar as diferenças presentes em cada contexto. Com isso, os estudiosos latino-americanos que se dedicaram à questão optaram por uma teoria que designaram como De-Colonialidade e que definiram como um processo segundo o qual grupos étnicos e nações de etnia predominantemente não branca lutam para assegurar sua libertação das matrizes europeias. A Pós-Colonialidade, assim como a De-Colonialidade, são usadas, sobretudo na Teoria Pós-Colonial, para descrever a resistência. Contudo, a de-colonização busca a libertação das formas coloniais de pensamento de modo a revitalizar o conhecimento local e vernacular através do questionamento e da subversão das categorias e epistemologias europeias. Para Enrique Dussel, a modernidade começou no século XV com a descoberta da América, e para Aníbal Quijano, a dominação colonial europeia foi acompanhada por um amplo complexo cultural conhecido como modernidade e racionalidade que se estabeleceu como um paradigma universal de conhecimento. Assim, o aspecto mais importante da des-colonização para ele é liberar a produção do conhecimento, da comunicação e da reflexão dos liames da modernidade e da racionalidade.

Essa reivindicação feita por Quijano, e mais tarde endossada por teóricos como Walter Dignolo, Zulma Palermo, Rita Segato e Maria Lugones, entre outros, acha-se presente, de uma maneira ou de outra, nas estratégias empregadas pela Teoria De-Colonial para desenvolver

um veio do pensamento ou de reflexão que, em vez de incorporar ideias e conceptualizações europeias, possa estabelecer um diálogo em pé de igualdade com elas. A consciência da necessidade desse diálogo vem dos velhos tempos da colonização política, mas vai ganhando força e se expressa sob diferentes formas ao longo dos séculos, como por exemplo quando substitui a rejeição do elemento forâneo pela sua apropriação. No campo da Língua e da Literatura, basta recordar a polêmica, proveniente do período romântico, sobre a existência de um espanhol da América ou um português do Brasil, ou as discussões sobre a permanência de um estilo barroco americano que se tornou uma espécie de *modus vivendi* no continente, e refloresceu em movimentos como o do chamado *boom* da narrativa de meados do século XX.

As formas de apropriação sempre foram frequentes nas literaturas da América Latina, a ponto de se poder dizer que constitui uma de suas principais marcas – é a tradição de ruptura a que se referiram diversos críticos (Campos 1979) – mas é inegável que as teorias pós e de-coloniais, desenvolvidas da década de 1970 ao presente tiveram um papel relevante não só por tornarem essas formas mais visíveis, como por chamarem atenção para a importância de se incentivarem essas operações, estendendo-as a todo um tipo de produção que até então ficara à margem do reconhecimento oficial. Além disso, elas conferiram aos processos de apropriação maior consciência da necessidade constante de contextualização, que garantisse o estabelecimento de diferenças entre os dois termos do processo. As produções literárias afro-brasileira ou afro-cubana, por exemplo, assimilaram dos Estados Unidos uma série de aportes significativos, mas não deixaram na maioria dos casos de registrar suas diferenças, e o mesmo fenômeno se evidencia com clareza se se tece um estudo comparativo da produção dos imigrantes europeus e asiáticos nos contextos latino-americanos. No espaço neocolonial, questões como a da classe social assomam de imediato em qualquer caso e se confundem ou sobrepõem muitas vezes às marcas de identidade etnoculturais.

E, assim como na produção literária, no plano dos discursos sobre a literatura a mesma questão se observa. É verdade que desde o século XIX já existia grande preocupação com a constituição de um discurso crítico calcado numa reflexão sobre a produção literária latino-americana e de teorias daí derivadas que pudessem dialogar com as correntes provenientes da Europa, conforme atesta a rica tradição ensaística que se desenvolveu desde então. Entretanto, essa preocupação sempre conviveu com a prática dominante de se importarem de maneira acrítica as tendências do pensamento europeu, e mais recentemente norte-americano, e de se pensar a produção latino-americana com o olhar internalizado das metrópoles neocoloniais. É somente de meados do século XX ao presente que essa atitude etnocêntrica começa a perder espaço, graças em grande parte à episteme pós-moderna, e é aí que o papel de teorias como a pós e a de-colonial se torna mais significativo. Encontrando, pela semelhança de problemas e preocupações que apresentam, um terreno fértil no contexto latino-americano, tais teorias vieram a respaldar reflexões já bem maduras, dando impulso a um comparatismo efervescente, descolonizado, que, tendo há muito abandonado seus binômios tradicionais, vinha agora em busca de um diálogo em pé de igualdade no plano internacional.

Bibliografia

- Aschcroft, Bill/ Griffiths, Gareth/ Tiffin, Helen (1989), *The Empire Writes Back. Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*. London/ N. York, Routledge.
- Bassnett, Susan (1993), *Comparative Literature: A Critical Introduction*. Oxford, Blackwell.
- Bhabha, Homi (1994), *The Location of Culture*. London, Routledge.
- Campos, Haroldo de (1979), “Ruptura dos gêneros na literatura latino-americana”. In: Fernández Moreno, Cesar, org. *América Latina em sua literatura*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo, Perspectiva.
- Castro-Klarén, Sara (1997), “Del remedio: Latinoamérica, la teoría post-colonial y el conocimiento local”. In: *Memorias JALLA Tucumán*. Tucumán: Univ. Nacional de Tucumán, Vol II: 207-34.
- Childs, Peter/ Williams, Patrick (eds.) (1997), *An Introduction to Post-Colonial Theory*. London, Prentice Hall.
- Cornejo Polar, Antonio (1994), *Escribir en el aire: ensayo sobre la heterogeneidad cultural de las literaturas andinas*. Lima, Horizonte.
- (1994), “Mestizaje, transculturación, heterogeneidad”. *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*, no. 40: 368-71.
- Coutinho, Eduardo F. (2003), *Literatura Comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- (2013), *Literatura Comparada: reflexões*. São Paulo, Annabume.
- (org.) (2018), *Comparative Literature as a Transcultural Discipline*. São Paulo, Annablume.
- Damrosch, David (2001), “National Culture, International Theory”. In: Coutinho, Eduardo F. (org.), *Fronteiras imaginadas: cultura nacional/ teoria internacional*. Rio de Janeiro, Aeroplano: 97-104.
- Dussel, Enrique (1984), *Caminhos de libertação latino-americana. História, Colonialismo e Libertação*, tomo II. Trad. José Carlos Barcellos. São Paulo, Ed. Paulinas.
- (2000), “Europa, modernidade y eurocentrismo”, in Lander, Edgardo (org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias Sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires, CLASCSO.
- García Canclini, Néstor (1992), *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana.
- Gandhi, Leela (1998), *Post-Colonial Theory: a Critical Introduction*. N. York, Columbia Univ. Press.
- Hall, Stuart (1994), “Cultural Identity and Diaspora”. In: Williams, Patrick/ Chrisman, Laura, (orgs.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*. N. York, Columbia Univ. Press: 392-403.
- Loomba, Ania (1998), *Colonialism/ Postcolonialism*. London/ N. York, Routledge.
- Machado, Álvaro Manuel/ Pageaux, Daniel-Henri (2001), *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença.
- Mignolo, Walter (1995), “Occidentalización, imperialismo, globalización: herencias coloniales

- y teorías postcoloniales”. *Revista Iberoamericana*, nos. 170-171, jan-jun. 1995: 27-40.
- (1996), “Posoccidentalismo: las epistemologías fronterizas y el dilema de los estudios (latinoamericanos) de área”. *Revista Iberoamericana*, nos. 176-177, jul-dez. 1996: 679-96.
- (2018), *Podemos pensar los no europeos? Ética decolonial y geopolíticas del conocer*. Buenos Aires, Ediciones del Signo.
- Nayar, Pramod K. (2010), *Postcolonialism. A Guide for the Perplexed*. London/ N. York, Continuum.
- Palermo, Zulma (2005), *Desde la otra orilla: pensamiento crítico y políticas culturales en América Latina*. Córdoba (Arg.), Alción Editora.
- Pizarro, Ana (1985), *La literatura latinoamericana como proceso*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina: 13-67.
- Quijano, Aníbal (2019), *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Buenos Aires, Ediciones del Signo.
- Rama, Ángel (1982), *Transculturación narrativa en América Latina*. México, Siglo XXI.
- Said, Edward (1993), *Culture and Imperialism*. N. York: Vintage Books.
- (1983), “Traveling Theory”. In: *The World, the Text, and the Critic*. Cambridge, Harvard Univ. Press.
- Santos, Boaventura de Sousa (2022), *Descolonizar. Abrindo a história do presente*. Belo Horizonte, Autêntica Editora; São Paulo, Boitempo.
- Spivak, Gayatri C. (1990), in Sarah Harasym (ed.), *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. London, Routledge.
- Trigo, Abril (1997), “De la transculturación (a/ en) lo transnacional”. In: Moraña, Mabel (org.), *Ángel Rama y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh, PA, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana: 147-72.